



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/15686>

DOI: 10.18764/2358-4319.v13n3p162-188

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2020 by EDUFMA. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Um mobiliário para o ensino profissional: notas sobre a carteira de desenho

Júlia Naomi Kanazawa¹

Heloísa Helena Pimenta Rocha²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo examinar o mobiliário destinado ao ensino de desenho técnico, que compõe o acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Cônego José Bento, detendo-se, de modo mais específico, na carteira de desenho. A investigação sobre essa peça do mobiliário escolar procura rastrear pistas dos processos de aquisição, da utilização desse tipo de carteira nas práticas escolares e do seu percurso no interior da Escola Profissional Agrícola Industrial Cônego José Bento, entre as décadas de 1930 e 1950, em paralelo com as mudanças curriculares. O trabalho arqueológico proposto visa capturar vestígios sobre peças de mobiliário que sobreviveram às várias mudanças pelas quais passou essa instituição, criada em Jacareí em 1935, no âmbito do plano de expansão do ensino profissional, elaborado pela Superintendência do Ensino Profissional e Doméstica. Procura-se, por essa via, contribuir com os esforços dos historiadores da educação, com vistas a compreender a cultura material da escola como uma dimensão significativa da cultura escolar.

Palavras-chave: Cultura material. Mobiliário escolar. Carteira de desenho.

1 Mestra em História social pela Universidade de São Paulo. Doutoranda na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.. Professora da Etec Cônego José Bento. Professora coordenadora de projetos no Centro Paula Souza. E-mail: juliankanazawa@gmail.com.

2 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, com estágios de pós-doutorado no Centro de Ciencias Humanas y Sociales (CCHS/CSIC/Espanha), PUC-SP e Universidad de Buenos Aires. Professora Livre-Docente na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Coordenadora associada do Centro de Memória da Educação/FE-Unicamp. Editora-chefe da Revista Resgate. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail:heloisah@unicamp.br.

Furniture for vocational education: notes on the drawing desk

ABSTRACT

This article aims at analyzing the furniture designed for the teaching of technical drawing, which is part of the collection of the Memory Center of the State Technical School Cônego José Bento. It focuses specifically on the drawing desk. The investigation on this piece of school furniture aims at tracing evidence of the acquisition process and the uses of this kind of desk in school practices and its itinerary within the Agricultural Industrial Professional School Cônego José Bento, between the 1930s and the 1950s, alongside curricular changes. This archeological work tries to capture traces of the pieces of furniture that survived the multiple changes that influenced this institution, created in Jacareí in 1935, as part of the expansion plan for professional education, developed by Superintendency for Professional and Householding Education. Thus, it aims at contributing to the efforts made by historians of education to comprehend school material culture as a meaningful dimension of school culture.

Keywords: Material Culture. School Furniture. Drawing desk

Muebles para la enseñanza profesional: notas sobre la mesa de dibujo

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo examinar los muebles destinados a la enseñanza del diseño técnico que componen el acervo del Centro de Memoria de la Escuela Técnica Estadual Cônego José Bento, deteniéndose más específicamente sobre la mesa de dibujo. La investigación sobre este tipo de mueble escolar busca rastrear huellas de los procesos de adquisición, su utilización en las prácticas escolares y su recorrido en el interior de la Escuela Profesional Agrícola Industrial Cônego José Bento, entre las décadas de 1930 y 1950, en paralelo con los cambios curriculares. El trabajo arqueológico que se propone busca capturar rastros sobre muebles que han sobrevivido a los varios cambios pasados por esta institución, creada en Jacareí en 1935, en el ámbito del plan de expansión de la enseñanza profesional elaborado por la Superintendencia de la Enseñanza Profesional y Doméstica. Se busca, de esta manera, contribuir con los esfuerzos de historiadores de la

educación para comprender la cultura material de la escuela como una dimensión importante de la cultura escolar.

Palabras clave: Cultura material. Mueble escolar. Mesa de dibujo.

Introdução

*as pessoas podem aprender sobre si
mesmas através das coisas que fazem,
a cultura material é importante.*
(SENNETT, 2009, p. 18).

Figura 1 – Carteira de desenho



Fonte: Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

A fotografia com a qual iniciamos este artigo exhibe uma carteira de desenho inteiramente confeccionada em madeira, com sólidos pés, dotada de um tampo móvel, que possibilita sua inclinação em diferentes

graus (Fig. 1). A peça compõe o acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Cônego José Bento, criado em 2000, para reunir, tratar e disponibilizar as fontes documentais produzidas por essa instituição de ensino profissional, ao longo de sua história.³ Localizada em Jacareí (SP), a instituição, criada em 1935 como Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Jacareí, integra atualmente a rede de escolas técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Como se pode observar na fotografia, a peça de mobiliário é numerada, o que a inscreve em uma série, indiciando as possíveis rotinas administrativas de aquisição, distribuição, registro em inventário e controle de patrimônio, que acompanharam sua chegada à escola e seu percurso como um artefato adquirido com o intento de dar suporte às práticas de ensino nas escolas profissionais do estado de São Paulo. A carteira não traz, entretanto, indícios que permitam identificar seu fabricante ou seu fornecedor, nem tampouco elementos que permitam precisar o momento em que foi incorporada ao patrimônio da instituição.

O exame dos objetos atualmente reunidos no Centro de Memória suscita algumas indagações, que se buscará tratar no presente artigo, por meio de um estudo que incide sobre o mobiliário destinado ao ensino de desenho técnico, com foco na carteira de desenho.⁴ A presença dessa peça do mobiliário escolar na instituição – preservada em meio a carteiras escolares, mesa, armário, porta-chapéus, bancada para serviços mecânicos; coexistindo com aparelhos de medição de pH e de avaliação de umidade das sementes, furadeiras de precisão, centrifugas, moinho e outros instrumentos e máquinas agrícolas, como arados, carpideiras, tratores – coloca algumas questões para o historiador da educação interessado na investigação da cultura material: que artefatos fizeram parte da dotação material das escolas voltadas para o ensino profissional? Quem os fabricou? Quais as suas características? A que disciplinas estiveram associados os seus usos? Que práticas escolares se articularam em torno desses artefatos? Quais os caminhos percorridos por eles, no âmbito dessas instituições, conforme

3 A criação do Centro de Memória resultou do projeto “O ensino público profissional no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais”, coordenado pela Prof^a Dr^a Carmen Sylvia Vidigal Moraes (CM da FEUSP) e Julia Falivene Alves (Centro Paula Souza); e desenvolvido em parceria entre o Centro de Memória da Educação da FEUSP e o Centro Paula Souza, com financiamento da FAPESP.

4 Exemplares dessa carteira também podem ser encontrados na Etec Carlos de Campos (Capital), Etec José Rocha Mendes (Capital), Etec Trajano Camargo (Limeira) e EE Culto à Ciência (Campinas).

mudaram os currículos e os objetivos do ensino? Como se transformaram em parte do acervo de um centro de memória da educação?

Sem ter a pretensão de esgotar esse amplo questionário, este artigo tem como objetivo examinar peças de mobiliário destinadas ao ensino de desenho técnico preservadas pela instituição, procurando rastrear pistas dos processos de aquisição, da sua utilização nas práticas escolares, entre as décadas de 1930 e 1950, bem como do seu percurso no interior da escola, em paralelo com as mudanças curriculares. A carteira de desenho é tomada como um indício da cultura escolar de uma modalidade de instituição voltada para a formação profissional que, ao longo de sua história, assumiu diferentes ênfases, reunindo em seus espaços meninos e meninas, em regime aberto ou de internato. A análise proposta pretende contribuir com a reflexão acerca das indagações que têm acompanhado a constituição do Centro de Memória da Etec Cônego José Bento como “lugar de memória”. No trabalho de decifração dos indícios sobre essa peça do mobiliário escolar, são pertinentes as advertências de Escolano (2017, p. 216-217):

Os sinais e pistas dos objetos que integram o patrimônio da escola são também signos indiciários da cultura de que fazem parte. À sua decifração se lançam os práticos, burocratas e acadêmicos, obcecados por compreender os códigos da “caixa-preta” dessa cultura, de que vimos falando, nos quais, provavelmente, residem as chaves do êxito ou do fracasso de seus programas.

Retomando o excerto da obra de Sennett escolhido como epígrafe, que ressalta a importância da cultura material, o trabalho arqueológico proposto neste artigo visa capturar vestígios capazes de informar sobre peças de mobiliário, que sobreviveram às várias mudanças pelas quais passou essa escola profissional, procurando contribuir com os esforços empreendidos pelos historiadores da educação, com vistas a compreender a cultura material da escola como uma dimensão significativa da cultura escolar (BARRA, 2007; CASTRO, 2011; GASPAR; PETRY, 2012; MEDA, 2015; SOUZA, 2007; VIDAL, 2005, 2017). Nessa direção, é importante atentar para as considerações de Felgueiras (2011, p. 79), que adverte para os riscos do “êxtase perante o passado”, advogando um exercício interpretativo que possa conduzir “dos objetos, sua proveniência e autoria aos sujeitos que os produziram, deles se apropriaram

e/ou os utilizaram em contextos educativos”. O exame dos objetos que constituem a cultura material da escola deve, portanto, como assinala a autora, nos reenviar à “problemática da cultura e da sua história através das suas expressões mais cotidianas” (FELGUEIRAS, 2011, p. 79).

As reflexões de Vidal mostram-se inspiradoras na definição dos aspectos a ter em conta no tratamento da cultura material como fonte para a história da educação:

[...] tomar a cultura material, e para nosso interesse particular a cultura material escolar, como fonte, requer uma atenção às características físicas da materialidade, bem como às suas alterações ao longo do tempo. Requer atentar para os constrangimentos e possibilidades que esta materialidade oferece à vida humana, sem descuidar de considerar os efeitos imprevistos. Requer, também, inquirir sobre a interação entre corpo e materialidade [...]. (2017, p. 269)

Sem perder de vista a dimensão econômica dos processos de escolarização, que implica em pensar os objetos materiais como produtos industriais e objetos de consumo de um mercado escolar, como propõe Meda (2015), a investigação sobre a carteira de desenho aqui ensaiada incide, prioritariamente, sobre a inscrição desse artefato nas práticas educativas realizadas em uma instituição de ensino profissional. Assim, o questionário a que se submete o mobiliário fabricado e adquirido pela escola para o ensino de desenho procura compreendê-lo, fundamentalmente, como “objeto material, com uma forte inclinação didática e um destino e uso bem preciso” (MEDA, 2015, p. 9), sem ignorar a possibilidade de usos não previstos por aqueles que fabricaram esse artefato específico, em suas articulações com as dinâmicas do currículo e os distintos projetos de formação.

O ensino de desenho em uma escola profissional

A Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Jacareí, atualmente Escola Técnica Estadual (Etec) Cônego José Bento, foi criada em 1935, durante a gestão de Armando Sales de Oliveira no governo do estado de São Paulo, como parte do plano de expansão do ensino profissional elaborado pela Superintendência do Ensino Profissional e Doméstica. Vinculada à Secretaria de Educação e Saúde Pública, a escola iniciou seu funcionamento administrativo em 1936 e, em função da falta

de instalações adequadas, abriu suas portas aos primeiros estudantes apenas em 1937.

Entre as décadas de 1930 e 1950, ofereceu os cursos de iniciação agrícola, mecânica industrial e mestria agrícola, funcionando em regime de externato e internato, este último destinado aos alunos dos cursos agrícolas.⁵ A criação da escola procurava, segundo o texto legal, responder à “necessidade de localizar uma escola technica-profissional servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil, dado o desenvolvimento da agri- mensura e pecuaria nessa zona” (SÃO PAULO, 1935). A organização a ser adotada assemelhava-se à da Escola Profissional Agrícola-Industrial de Espírito Santo do Pinhal, criada em abril do mesmo ano, com o objetivo de “preparação de operarios, mestres de cultura, capatazes e administra- dores agrícolas”; “diffusão dos conhecimentos e technicas [de] trabalho rural, em todas as modalidades”; “formação de donas de casa, orientada, para as actividades do campo” (SÃO PAULO, 1935).

O ensino nessas escolas era organizado em dois cursos: o primário, de três anos, que visava à formação de operários agrícolas e donas de casa; o complementar, com um ano de duração, destinado a especialização e aperfeiçoamento de mestres de cultura, capatazes e adminis- tradores. Para a escola criada em Jacareí, previa-se, ainda, o oferecimen- to de um curso independente de mecânica industrial, idêntico ao que era oferecido nas escolas profissionais secundárias do Estado, com foco na construção de máquinas agrícolas. Os cursos oferecidos contempla- vam uma parte propedêutica ou geral e uma destinada à formação téc- nico-profissional, dividida em duas seções: agrícola e industrial. Oferecer conhecimentos que permitissem aos estudantes concorrer com eficiên- cia para “o progresso da agricultura” figurava como eixo da iniciativa de criação dessas instituições (SÃO PAULO, 1935).

O currículo da parte propedêutica incluía as disciplinas: “a) Por- tugues, Geographia Economica e Historia do Brasil; b) Arithmetica, Al-

⁵ As mudanças na legislação do ensino profissional responderam por alterações na denominação e na jurisdição da escola, as quais se fizeram acompanhar da redefinição dos objetivos, do público e dos cursos oferecidos. A título de exemplo, de 1956 a 1964, a escola, sob a denominação Escola Agrotécnica Cônego José Bento, esteve subordinada à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, oferecendo os cursos de iniciação agrícola e mestria agrícola. Sob a jurisdição da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a escola funcionou, entre 1964 e 1972, como Ginásio Agrícola Estadual Cônego José Bento e, de 1969 a 1975, como Colégio Técnico Agrícola Estadual Cônego José Bento, com o oferecimento dos cursos ginasial agrícola e técnico agrícola, respectivamente. Desde 1994, a instituição integra a rede de escolas técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, que reúne 223 escolas técnicas e 73 faculdades de tecnologia.

gebra e Geometria; c) Noções de Ciências Physicas e Naturaes; d) Desenho technico; e) Hygiene e Educação Physica; f) Puericultura (para as alumnas); g) Economia rural: noções de contabilidade, administração e legislação rural”, conforme prescrevia o decreto de criação da escola de Espírito Santo do Pinhal (SÃO PAULO, 1935). Para o trabalho com desenho técnico, estava prevista, desde o início do funcionamento da escola, a contratação de um mestre de ensino industrial e desenho.

Os primeiros anos de funcionamento da escola de Jacareí foram marcados por um entusiasmo, que parecia ter se dissipado, menos de uma década depois da sua criação. Segundo uma matéria publicada na imprensa, na década de 1950, na qual se fazia uma análise retrospectiva do cenário encontrado pelo diretor Arnaldo Laurindo, quando tomou posse em 1944, o que se via eram as marcas do completo abandono das instalações e equipamentos:

a) Inúmeros vidros da janela quebrados, principalmente dos dormitórios expunham os alunos aos rigores do tempo; b) As camas dos dormitórios, em péssimo estado, com colchões quase que vazios; c) Roupas de cama necessitando reforma. Nem todos os alunos possuem cobertores; d) Os dormitórios possuem unicamente camas, e nada mais, sem ainda instalações sanitárias. Os alunos a noite, sem cuecas e descalços às vezes enrolados em um cobertor ou colcha, tinham que enfrentar o tempo para as suas necessidades fisiológicas, em demanda das instalações sanitárias localizadas a uns duzentos metros, atrás das oficinas de ferramentas; e) Material de copa insuficiente. Falta de água nesta dependência; f) Dificuldade na limpeza do internato. Não havendo instalações de água no andar superior, as pessoas encarregadas da limpeza eram obrigadas a carregar sobre os ombros, vencendo longas escadas, pesadas latas do precioso liquido; g) Instalações elétricas de todo o prédio, defeituosas, expondo os alunos a sérios perigos (um aluno ao tocar, em certa ocasião, em uma torneira chegou a desmaiar por ter recebido grande descarga elétrica); h) Salas de aula em péssimo estado. Pintura, quadros negros, carteiras, cadeiras, vidros das janelas, instalações elétricas, tudo necessitando de reparos (felizmente em hora que não havia aula, chegou a desprender-se um lustre em uma das salas, ruindo no assoalho); i) A alimentação dos alunos sem controle não havia as cinco refeições. Os mapas sobre os cardápios e valores

nutritivos não eram remetidos a superintendência.
(O COMBATE, 1953)

As iniciativas do diretor, que permaneceu por dois anos na escola, incluíram a melhoria das instalações e a dotação material, como registrou o diário retrospectivamente, num momento em que o então diretor da escola ocupava o cargo de diretor geral do Departamento do Ensino Profissional do Estado de São Paulo. Segundo a matéria, não faltaram providências no sentido de aprimorar as condições para o oferecimento das disciplinas, entre elas o desenho técnico:

Instalação das Salas para os Administradores e para os Professores. Instalação de aparelhamento para Desenho Técnico. Instalação de Gabinete Médico e de uma enfermaria. Início da instalação de um Gabinete Dentário. Reinstalou-se a Sala de "Educação Física e Fanfarra Escolar". Pintura geral da Cozinha. Extinção de grande número de baratas. Pintura e reforma dos chuveiros. Instalações de vestiários.

Reorganização, pintura, colocação de vidros nas janelas e reforma das instalações elétricas, dos Dormitórios do Internato. Novas camas, colchões, guarda-roupas, criados-mudos, anexados aos dormitórios. Água filtrada instalada nas diversas secções. Reorganização das Oficinas. Novas dependências foram destinadas à secção de Selaria.

Revisão dos serviços gerais de água e esgoto. Idem no de eletricidade. Postos de cimento armado construídos. Melhoria da alimentação dos alunos. Reorganização da Biblioteca, da cooperativa Escolar Agrícola. Reforma do caminho da escola. Reforma das máquinas agrícolas, carroças e etc. Construção de uma dependência para "Tecnologia animal e vegetal". Construção de um terreiro atijolado. Foram incentivados os esportes. A Escola brilhou em diversos desfiles cívicos. Reforma geral do mobiliário. Natal dos Diaristas e seus filhos. E outros tantos empreendimentos.
(O COMBATE, 23 ago. 1953)

Embora com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola os estabelecimentos dessa modalidade de ensino tenham passado, na década de 1940, a ser administrados pela Secretaria da Agricultura, a escola permaneceu sob a jurisdição da Secretaria de Educação de São Paulo até 1956.⁶

⁶ Nesse ano, a instituição passou à jurisdição da Secretaria da Agricultura, situação que se

Conforme determinava o decreto 17.698/1947, que aprovou a consolidação da legislação relativa ao ensino:

Artigo 853 – A Escola tem sua sede na Chácara denominada “Colégio São Miguel”. De Jacareí, de propriedade do Bispado de Taubaté, cedida, por contrato, ao Estado. (253)

Artigo 854 – Todos os cursos da Escola funcionam na sede e sob os regimes de externato e internato, sendo este destinado exclusivamente aos alunos dos cursos agrícolas.

Artigo 855 – A Escola mantém os seguintes cursos, para a frequência mista: a – primário, de 3 anos, destinado à formação de operários agrícolas e donas de casa;

b – independente de mecânica industrial, idêntico aos existentes nas escolas industriais do Estado, visando especialmente a construção de máquinas agrícolas;

c – cursos livres.

Artigo 856 – Na medida das necessidades da região, poderão ser criados outros cursos de especialização industrial.

Artigo 857 – Os alunos matriculados no curso para formação de capatazes e administradores farão o Curso Complementar, de 1 ano, na Escola “Dr. Carolino da Mota e Silva”, de Pinhal.

Artigo 858 – Serão mantidos pelo Governo do Estado até 35 alunos internos, de preferência órfãos, com residência de 5 anos, pelo menos, na região do Estado servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil, desde que satisfaçam os requisitos exigidos para a matrícula nos cursos agrícolas. (DECRETO, 1947)

A escola continuaria, assim, a oferecer o curso primário para meninos e meninas, voltado para a formação de operários agrícolas e de donas de casa. Em relação aos operários, a Lei Orgânica previa que o primeiro ciclo da formação compreenderia dois cursos: iniciação agrícola, com duração de dois anos, voltado para a formação de operários agrícolas qualificados; mestria agrícola, que viria em seguida ao curso de iniciação e teria uma duração igual a esse, visando formar mestres agrícolas (BRASIL, 1946).

manteve até a década de 1960, quando retornou à Secretaria de Educação, por conta das alterações decorrentes da LDB 4.024/1961.

No ensino profissional paulista do início do século XX, o desenho recebeu tratamento privilegiado em relação às outras disciplinas. Considerado como uma linguagem universal, capaz de facilitar o percurso dos alunos entre as aulas teóricas e as seções práticas, era indicado para as diferentes faixas etárias. Seu ensino foi defendido por Aprígio Gonzaga, professor normalista que desempenhou importantes cargos nos órgãos de inspeção e administração do ensino público, participando ativamente na criação das escolas profissionais paulistas e atuando como diretor da Escola Masculina da Capital e da Escola Profissional Feminina.

Como destaca Moraes (1990, p. 218), o desenho constituiu-se em “medula espinhal do organismo técnico profissional”, uma vez que, conforme se acreditava, ele educava “pela correção da visão e firmeza de observação”, facilitava a leitura da forma e satisfazia o fim principal de habilitar o operário a executar o traçado gráfico da peça a ser feita nas oficinas e construí-la em conformidade com a planta e suas indicações. Ajudava também nos trabalhos com ferramentas e maquinário de extrema periculosidade, os quais representavam uma ameaça para meninos de 12 anos, que deles se utilizavam. Além disso, o ensino de desenho era pensado como forma de evitar o desperdício dentro das oficinas, na medida em que oferecia parâmetros para os aprendizes tirarem melhor proveito do corte de prancha de metais ou de madeira.

O programa de ensino, de acordo com Pereira (2007), contemplava o estudo das formas geométricas e da perspectiva: os alunos realizavam exercícios com base na observação do natural, incluindo os sólidos geométricos, para depois passarem aos exercícios de projeção, exercícios de corte e perspectiva, exaustivamente utilizados nas seções industriais (PEREIRA, 2007, p. 109).⁷ Inicialmente, os desenhos eram realizados nas aulas; durante a década de 1930, eles foram sendo substituídos por modelos enviados pela Superintendência da Educação Profissional e Doméstica (PEREIRA, 2007, p. 106). Segundo Aprígio Gonzaga, os egressos da escola eram a tal ponto valorizados pelos seus conhecimentos de desenho técnico que, muitas vezes, preferiam colocar-se como desenhistas industriais a trabalhar nas profissões em que haviam se formado, pois eram grandes as vantagens econômicas oferecidas.

⁷ Os dados extraídos dos livros de contas evidenciam que, visando dar conta dos requisitos necessários para o ensino de desenho técnico no curso de iniciação agrícola, a escola adquiriu, além de mobiliário específico, diversos materiais, como cadernos de desenho, cadernos de cartografia, compassos, esquadros, transferidores, borrachas (Livros de conta corrente, 1939, 1941, 1945).

Carteira de desenho: que móvel é esse?

As reflexões propostas por Meneses acerca dos artefatos materiais como documentos mostram-se instigantes quando se procura analisar o mobiliário produzido para o ensino de desenho técnico, adquirido pela escola profissional de Jacareí, como a carteira em madeira, que atualmente faz parte do acervo do Centro de Memória. Sublinhando a importância de atentar para a matéria-prima, as técnicas de fabricação, a morfologia, as distintas durações inscritas nos artefatos, o autor indaga: “qual a natureza do objeto material como documento, em que reside sua capacidade documental, como pode ele ser suporte da informação?” (1998, p. 90).

Em relação ao “provimento mobiliário das instituições públicas de ensino” e, em particular, às carteiras escolares, os estudos desenvolvidos por Alcântara (2016, 2018) têm oferecido importantes elementos, permitindo evidenciar como, em torno desse artefato, se articularam, entre os séculos XIX e XX, discursos pedagógicos, médico-higienistas, tecnológicos, econômicos e comerciais. Examinando documentos produzidos nesse momento marcado pelas iniciativas do Estado com vistas à institucionalização e difusão da escolarização, os quais reúnem informações valiosas sobre os vários modelos de carteira disponíveis para a dotação material das escolas, seus fabricantes, os modos como eram comercializados e distribuídos, a autora assinala que, para além de objeto escolar, a carteira deve ser pensada como um artefato industrial.

Conforme ressalta, as carteiras figuraram, nas exposições universais realizadas no período, como expressão do “progresso científico, técnico e material no campo da educação” (2016, p. 118). Tal presença pode ser compreendida quando se tem em conta que a educação era concebida como “signo de modernidade”, um dos pilares para a “edificação controlada da sociedade ocidental moderna”, como assinala Kuhlmann Júnior (2001, p. 9), ao registrar a presença da educação nessas exposições, desde o ano de 1862, lado a lado com a produção industrial, artística e com as novidades tecnológicas. De igual modo, as carteiras escolares figuraram em exposições e congressos nacionais, como a Primeira Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro, realizada em 1883 (ALCÂNTARA, 2016).

Na documentação produzida no século XIX, são frequentes as referências às mesas e aos longos bancos e bancas, que vão se converter, a partir de meados desse século, em objeto de crítica por parte do dis-

curso médico-higienista, em sua defesa da superioridade da moderna carteira escolar, produzida segundo os preceitos ergonômicos e higiênicos. Preceitos esses elaborados a par de estudos sobre o corpo infantil, em suas relações com as práticas escolares, especialmente a leitura e a escrita, com foco nos possíveis impactos de tais práticas sobre a saúde dos alunos. Ainda segundo os estudos de Alcântara (2018) sobre a dotação material da escola pública em São Paulo, a carteira escolar foi se tornando um item cada vez mais indispensável ao funcionamento da escola e à expansão da rede de ensino.

Distintamente das carteiras escolares ou dos bancos-carteiras estudados pela autora, a peça de mobiliário que hoje faz parte do acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento não está conjugada a um assento, seja ele um banco ou uma cadeira.⁸ Tal ausência suscita indagações sobre as especificidades das carteiras de desenho, as posições assumidas pelos alunos durante as práticas dessa disciplina, bem como sobre os usos desse artefato, em distintos momentos da história da escola, que podem, eventualmente, ter sido responsáveis pela sua desarticulação de um assento. Algumas indagações podem ser levantadas em relação a isso: seriam as práticas de desenho realizadas pelos alunos de pé, prescindindo de assentos? Ou teriam os assentos, com o tempo, sido separados das carteiras, passando a ser usados em outras práticas escolares, restando, portanto, apenas uma parte do mobiliário utilizado nas aulas de desenho? Numa outra direção, é possível supor que as carteiras de desenho eram comercializadas separadamente dos assentos.

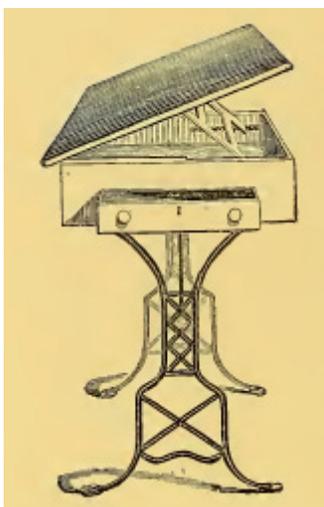
Entre os documentos levantados por Alcântara, o *Official Catalogue of the American Department*, produzido para a exposição de Viena (1873), faz referência à “carteira para desenhar”, como parte do mobiliário escolar (ALCÂNTARA, 2016, p. 130). A imagem da “drawing desk”⁹

8 Estudando o mobiliário escolar, Rugoni de Sousa (2019, p. 90) aponta algumas das características observadas na produção das carteiras escolares: “esses artefatos eram compostos por um banco e uma mesa que eram unidos por três ou quatro vigas de madeiras que garantiriam sua sustentação e as distâncias adequadas para privilegiar o conforto do corpo das crianças. Uma das preocupações do autor era a de prescrever um *design* de carteira escolar que tivesse apoio para os pés. Os princípios higiênicos e disciplinares também ganham força quando Jean-Baptiste Daligault indica que as carteiras escolares deveriam ser dispostas de modo que todas as crianças ficassem com seus rostos voltados diretamente para o professor. Outro elemento que chama a atenção é a prescrição sobre o suporte de madeira utilizado para os alunos guardarem seus materiais de escrita e leitura. Privilegiar a organização do espaço era fundamental e a carteira deveria possuir soluções que contribuíssem para usos adequados”.

9 A imagem, extraída de um catálogo norte-americano, foi gentilmente cedida por Gustavo Rugoni. Cabe registrar que as reflexões sobre a carteira de desenho que apresentamos neste

extraída do catálogo de Joseph L. Ross (1872) – “importante negociante americano do ramo de carteira” (ALCÂNTARA, 2016, p. 137) – ilustra uma peça que se assemelha, pela sua concepção, ao item de mobiliário preservado pela instituição, o que pode apontar para uma concepção e uma forma de comercialização distintas das que eram adotadas para as carteiras escolares. Com pés em ferro, a carteira de desenho comercializada por Ross permitia a inclinação do tampo, lançando mão também de um dispositivo de gradação da inclinação, que se diferencia do que observamos na carteira de desenho em estudo (Fig. 2).

Figura 2 – “Drawing desk”



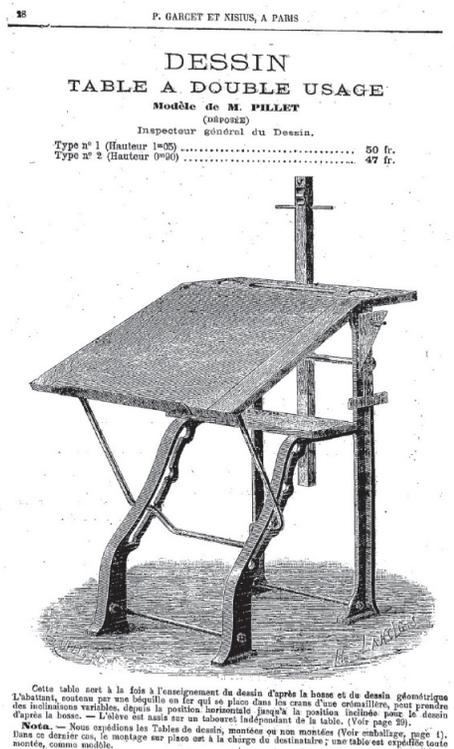
Fonte: Ross (1872).

O mobiliário para o ensino de desenho parece ter recebido nomenclaturas diversas, o que pode ser lido como um indício dos interesses de ordens variadas que atravessaram a produção do mobiliário destinado às práticas escolares, dentre eles as disputas pelo mercado escolar, como também das distintas fórmulas experimentadas na produção desse artefato. Se em documentos dos fabricantes norte-americanos do século XIX, essas peças figuram como “drawing desks”, os fabricantes franceses as apresentavam como “tables de dessin”. Alcântara registra também o termo “cavaletes para desenho”, para se referir

item em muito se beneficiaram da interlocução com Gustavo Rugoni e Vera Gaspar, a quem agradecemos imensamente pelas pistas valiosas para examinarmos esse tipo de carteira.

a um tipo de mobiliário apresentado na Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro, pela fábrica H&G Edwards, sediada em Londres. Dentre os expositores nacionais que participaram do evento, a Livraria Faro & Lino apresentou móveis da Hachette & Comp., de Paris, como a mesa Hachette para desenhar (ALCÂNTARA, 2016, p. 150). É possível supor que os termos carteira (em inglês, *desk*), mesa (em francês, *table*) e cavalete, empregados em documentos do século XIX, se refiram a peças de mobiliário que serviam de suporte para as práticas escolares de desenho, em suas distintas conformações. Os termos usados para nomear esse artefato parecem sugerir que a carteira de desenho, distintamente das carteiras escolares, não era uma peça produzida e comercializada junto com assentos. Um indicativo disso pode ser encontrado no catálogo *Mobilier Scolaire et Materiel d'Enseignement* de Garcet & Nisius, publicado em 1882 (Fig. 3):

Figura 3 – “Table a double usage”



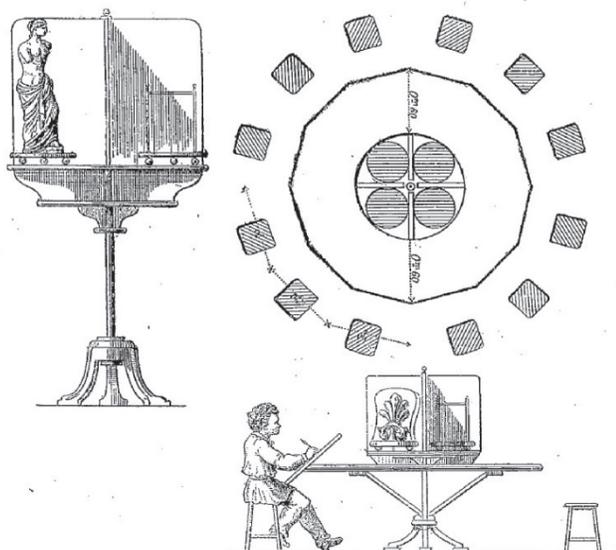
Fonte: Garcet & Nisius (1882, p. 28).

O anúncio da mesa modelo Pillet, dotada de um sistema de regulagem que permitia distintas práticas de desenho, informa que o aluno deveria se sentar em um banquinho independente da mesa, provavelmente do tipo descrito em outro anúncio referente aos itens necessários para o curso de corte e costura: banquinho de 0,46 por 0,70 de altura (1882, p. 30).

A hipótese de que as práticas de desenho poderiam ser realizadas pelos alunos de pé diante das carteiras não parece se confirmar quando se observam alguns registros. O primeiro (Fig. 4), uma ilustração extraída do catálogo *Mobilier des Écoles. Système Lenoir* (1879):

Figura 4 – Mobiliário para o ensino de desenho

GROUPE CENTRAL POUR ÉTUDE DE BAS-RELIEF ET DE BOSSE
Pl. 52.



Par suite des réformes récentes apportées dans l'application des méthodes de l'enseignement du dessin et qui nécessitent l'étude plus étendue du relief, les dispositions du mobilier nous laissent difficilement l'espace voulu pour l'aménagement dans les centres des salles.

Fonte: Exposition de 1878 (1879, p. 52).

A mesa plana, sem um dispositivo que permitisse a inclinação do tampo, serve de apoio a uma prancha sobre a qual os alunos, sentados em bancos sem encosto, realizam as atividades de desenho. Mesas planas e sem dispositivos para inclinação também podem ser vistas na

fotografia de um “salão de desenho” da Escola de Aprendizes e Artífices de Alagoas, de 1910 (Fig. 5). Aí também os alunos figuram sentados sobre bancos sem encosto (neste caso, bancos altos), em torno de mesas planas montadas sobre pés em forma de cavalete:

Figura 5 – Salão de desenho, 1910



Fonte: Álbum (1910).

A ilustração que acompanha a conferência sobre o desenho (Fig. 6), proferida em 1916 pelo pintor Louis Anquetin e publicada no jornal francês da *Association amicale des professeurs de dessin de la ville de Paris et du département de la Seine*, pode ser lida como mais um indício de que as práticas escolares de desenho eram, em geral, realizadas com os alunos sentados, embora, diferentemente das carteiras escolares, os assentos não fizessem parte dessa mobília, sendo comercializados separadamente, como se pode observar também em anúncios dos fabricantes. Curiosamente, a postura dos alunos durante as práticas de desenho não pareceu ser objeto de preocupação por parte dos médicos-higienistas, que se batiam em torno da forma a ser assumida pelas carteiras escolares, considerando os riscos para a saúde dos alunos, expressos recorrentemente nas alusões aos desvios da coluna vertebral.

Figura 6 – Ensino de desenho



Fonte: Anquetin (1916, p. 45).

A mesa do professor: mais algumas pistas sobre o mobiliário para o ensino de desenho

A busca de informações sobre o mobiliário utilizado no ensino de desenho na Etec Cônego José Bento conduz a outra peça, a mesa de desenho topográfico, composta por uma prancha em madeira, fixada sobre pé de ferro fundido por meio de um dispositivo que permite o ajuste da posição, contando com um apoio em madeira, em sua base (Fig. 7). No verso do tampo dessa mesa que era utilizada pelo mestre, uma etiqueta registra o nome do fabricante, João Gianesi e Filhos Fabricantes, além de outras informações: o número da nota fiscal, o valor (Cr. 1.536,11) e o registro “móveis §21 especialidade em mesa para desenho”.

Um anúncio publicado no jornal *Correio Paulistano*, em dezembro de 1937, traz algumas informações sobre a empresa, que se apresenta como “Carpintaria industrial e modelos para fundição”, fabricante dos “melhores aparelhos para bobina de papel e mesa para desenho”. Na ilustração que compõe o anúncio, sobrepõem-se, como em uma torre, os pés em ferro que davam sustentação às mesas de desenho fabricadas pela empresa. A estrutura em ferro do móvel, produzido por uma empresa especializada em “carpintaria industrial”, marca uma distinção em relação à carteira de desenho em madeira em estudo. Destinadas às

Figura 7 – Mesa do mestre



Fonte: Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

práticas de ensino de desenho técnico nos cursos de formação agrícola, as duas peças de mobiliário que hoje compõem o acervo do Centro de Memória, uma destinada ao trabalho dos alunos, outra ao mestre, certamente, foram produzidas por diferentes fabricantes e percorreram diferentes caminhos até chegar à escola.

Alguns documentos administrativos da escola oferecem informações sobre o processo de compra e o espaço ocupado pelo mobiliário destinado às práticas de desenho, no âmbito da escola: a) o livro de conta corrente, referente ao período de 1941 a 1946, traz uma identificação de mobília para essa finalidade e registra a data de aquisição, 27/08/1945; b) a ficha de patrimônio da então denominada Escola Agrotécnica Cônego José Bento, além da identificação, registra que o mobiliário ocupava a seção da mecânica; c) o inventário geral dos bens móveis do Ginásio Agrícola Estadual Cônego José Bento de Jacareí, de 31/12/1968, reúne a identificação, o preço, a localização (seção da mecânica), além da quantidade de itens (1).

As carteiras destinadas aos alunos, muito provavelmente, chegaram à instituição por caminhos distintos da mesa do mestre. Na

reunião técnico-pedagógica de fevereiro de 1948, o diretor da escola, Francisco Aparecido Ferraz de Toledo, “deu a conhecer aos senhores funcionários que iria brevemente receber um mobiliário completo para os trabalhos da administração, internato bem como de carteiras apropriadas para as aulas de desenho técnico e corte e costura” (ATA DE REUNIÕES TÉCNICO-PEDAGÓGICAS, 1945, folha 6). Parte desse mobiliário a que se refere o diretor, a carteira preservada no Centro de Memória, deve ter chegado à instituição em outubro de 1951, juntamente com outras 34 peças, adquiridas por meio de permuta com a Escola Técnica Getúlio Vargas, situada na Capital (LIVRO DE CONTA CORRENTE, 1951 a 1955, folha 106).

Os processos de aquisição do mobiliário

Editais de compra publicados no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, entre 1950 e 1952, também oferecem alguns indícios sobre a aquisição do mobiliário destinado ao ensino de desenho pelo Estado. O primeiro edital localizado data de 26/05/1950:

Edital de concorrência nº 5, do Departamento do Ensino Profissional, para compra de 40 carteiras para aula de desenho, pranchetas compensadas, envernizadas, com detalhes de construção, conforme desenho nº 21; e 40 bancos para uso com carteiras de desenho tamanho 600 x 300, com detalhes desenho nº 22. Para o curso prático de Ensino Profissional de Salles. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1950, p. 22)

Edital semelhante a esse foi publicado no início do mês seguinte para a compra de carteiras e bancos, nesse caso para o curso prático de Ensino Profissional de Assis. Dois outros editais, publicados em junho de 1951 e maio de 1952, dão conta da aquisição de um número maior de móveis. No primeiro caso: 220 carteiras destinadas às escolas industriais do interior do estado. É possível observar que a dotação material da escola se inscreveu em um movimento mais amplo, que se dava em outras instituições profissionais, na década de 1950, seja por meio de compras diretamente dos fabricantes ou de permutas.

Para além disso, os editais oferecem pistas sobre esse tipo de móvel, quase sempre adquirido juntamente com bancos, nem sempre

em número proporcional, como se pode observar no edital de concorrência do ano de 1951, que se referia à compra de 220 carteiras, sem fazer qualquer alusão a bancos, enquanto o do ano seguinte tratava da compra de 160 carteiras e 40 bancos; neste caso, sem nenhuma menção à instituição a que se destinava. O conjunto de dados até agora levantados permite supor uma possível independência entre as carteiras e os bancos, nos usos escolares cotidianos. Por outro lado, também se pode imaginar que carteiras e bancos tiveram sua chegada às escolas em momentos distintos e por vias diversas, conforme as disponibilidades do orçamento para a sua aquisição e as operações de permuta. O que, de todo modo, autoriza a pensar que, em algumas instituições, as carteiras podem ter sido utilizadas sem o apoio dos bancos ou lançando mão de mobiliário já existente na escola e ainda em condições de uso.

Na ausência de elementos que ofereçam um detalhamento da configuração dos móveis, referidos nos editais de concorrência como desenhos 21 e 22, o que se pode captar, em relação à materialidade desses objetos, é o material de que são confeccionados: trata-se, no caso das pranchetas, de uma mobília de madeira compensada, envernizada, contendo detalhes. No entanto, faltam dados para responder a indagações sobre esses detalhes. Seria possível pensar que se refiram ao mecanismo de ajuste da posição do tampo?

A carteira, as práticas e o espaço escolar

A carteira adquirida para as aulas de desenho técnico exigiu um lugar específico: a sala de desenho. A planta baixa de 1935 permite observar que a sala de desenho seria construída juntamente com outras salas, em um espaço em frente ao prédio administrativo. No entanto, essa sala acabou sendo instalada no prédio da seção de laticínios, que se encontrava ocioso.

No segundo semestre de 1951, quando um prédio maior, que devia abrigar a seção de tecnologia e laticínios, foi concluído, procedeu-se à divisão do espaço em quatro partes, sendo uma delas destinada à sala de desenho. Segundo o Relatório da Seção Escolar desse ano, a escola teria, então, dotado essa seção masculina com carteiras apropriadas, adquiridas por meio de permuta com a Escola Técnica Getúlio Vargas (LIVRO DE CONTA CORRENTE, 1951 a 1955, folha 106).

Uma fotografia da década de 1950 permite flagrar algumas nuances das práticas escolares de desenho, nessa instituição de ensino profissional (Fig. 8). Numa sala equipada com carteiras de desenho enfileiradas, sem bancos, meninos debruçados sobre o mobiliário realizam seus trabalhos. A presença de esquadros, lápis, transferidores e régua sobre o tampo das carteiras não deixa dúvida quanto ao conteúdo da atividade em curso, embora a posição do mestre e a própria atitude dos alunos não deixe claro se se tratava de uma aula, da realização de um exercício ou de um momento de avaliação daquilo que fora aprendido. Evidência da presença do desenho no currículo da instituição e da presença de um espaço específico para as atividades ligadas a esse conteúdo curricular, a fotografia oferece alguns elementos para avançarmos na investigação sobre a carteira numerada, com a qual iniciamos as nossas reflexões, permitindo flagrar os usos em situações escolares, nas quais a presença dos bancos parecia ser opcional.

Figura 8 – Aula de desenho técnico (década de 1950)



Fonte: Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

As mudanças pelas quais passou a escola na década de 1960, quando foi transformada em Ginásio Agrícola Estadual Cônego José Bento, sob a responsabilidade da Secretaria da Educação de São Paulo, redundaram em uma nova organização curricular, na qual o ensino de desenho parece ter perdido o peso que assumia na formação dos alunos. Um indício disso pode ser observado quando se leva em conta

que as aulas passaram a ser ministradas nas mesmas salas em que eram trabalhadas as matérias do núcleo comum. A alteração do currículo e da concepção do ensino de desenho dispensou o uso de carteiras específicas para o seu aprendizado. Assim como nas demais disciplinas, as práticas dessa disciplina passaram a ser realizadas nas carteiras escolares, fabricadas em madeira, com pés em ferro fundido, presentes em várias unidades do sistema paulista de ensino, desde o final do século XIX, hoje também parte do acervo do Centro de Memória.

Reorganizado o ensino de desenho, inseridas as práticas dessa disciplina nas salas de aula das demais disciplinas, desmontadas as salas onde era ensinada, há que se perguntar que destino teria sido dado ao mobiliário até então utilizado, seja o mobiliário dos alunos, seja o do mestre. Onde terão sobrevivido essas peças do mobiliário, durante anos, até se tornarem itens de um centro de memória? A que outras práticas terão dado suporte?

Conforme anotações da ficha de patrimônio e do inventário geral de bens de 1968, que registram o seu desuso, uma vez que já não era necessário um mobiliário especial para o ensino de desenho, foram distribuídas por outros espaços da escola: 4 encontraram utilidade no setor de tecnologia, 2 na seção escolar, 14 na silvicultura e 15 na fanfarra.

Algumas considerações

Tomando como objeto e fonte de estudo peças do mobiliário destinado ao ensino de desenho técnico, em uma escola de ensino profissional, as quais compõem atualmente o acervo do centro de memória da instituição, procurou-se, neste artigo, por meio dos indícios presentes nesses artefatos e nos registros produzidos pela instituição, responder a algumas indagações sobre a dimensão material da cultura escolar.

Um rol de artefatos fez parte da dotação material das escolas voltadas para o ensino profissional. Visando oferecer cursos relacionados ao ensino agrícola e industrial, a escola Cônego José Bento necessitou de recursos específicos para o ensino das matérias de cultura geral e técnica, como arados, tornos, tratores, enxadas, e outros instrumentos, fabricados por empresas atuantes no mercado agroindustrial, como a Bromberg e a Herrero.

A carteira de desenho representou um artefato importante nas práticas desenvolvidas no âmbito dessa escola, carregando, em sua

materialidade, as marcas de sua idealização, fabricação e comercialização. Em articulação com outros documentos, o exame desse artefato permitiu uma aproximação de alguns vestígios dos processos de produção, aquisição e dos usos do mobiliário destinado às práticas escolares de desenho. Elemento básico no ensino da instituição escolar Cônego José Bento, em determinado período de sua trajetória, essa peça do mobiliário compõe hoje, juntamente com outros artefatos, o acervo de um centro de memória, que visa fomentar a reflexão acerca da realidade e do funcionamento escolar, no passado, sem perder de vista as questões postas pelo presente. Por fim, cabe observar que não fez parte dos objetivos deste artigo esgotar os mais diversos aspectos que envolveram a dimensão material do ensino de desenho, nessa instituição de ensino profissional, mas sublinhar as possibilidades de investigação da cultura material dessa modalidade de ensino, por meio do exame de peças do mobiliário destinadas ao ensino desse componente curricular.

Referências

ÁLBUM comemorativo do 5º mês de funcionamento da Escola [“Salão de desenho. Primeiras noções de desenho linear e esboços ao natural” NP 148], 1910. Maceió (AL). **Museu da República**. Disponível em: http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliansa/discover?scope=/&rpp=10&page=1&query=aula+desenho&group_by=none&etal=0. Acesso em: 18 ago. 2020.

ALCÂNTARA, W. R. R. A transnacionalização de objetos escolares no fim do século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 115-159, maio/ago. 2016.

ALCÂNTARA, W. R. R. Produção e distribuição do mobiliário escolar: uma história econômica do investimento na escola pública paulista (1854-1895). **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 18, e008, 2018.

ANQUETIN, L. Le Dessin. **Le Dessin. Paris: L'Association Amicale des Professeurs de Dessin de la Ville de Paris**, III, n. 55, p. 45-46, maio 1916. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65569727/f1.image.r=table%20dessin>. Acesso em 15 ago. 2020.

BARRA, V. M. Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário, utensílios) modos de organização da escola e intervenções de ensino. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo, v. 7, n. 14, p. 15-36, 2007.

BRASIL. Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 ago. 1948.

CASTRO, C. A. (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos** (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). São Luís: EDUFMA, Café & Lápiz, 2011.

CORREIO PAULISTANO. **João Giansi & Filhos**. São Paulo, 27 dez. 1937. Anúncio.

DIÁRIO OFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 1950.

ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA CÔNEGO JOSÉ BENTO. **Ata de reuniões técnico-pedagógicas**, 1945. Acervo: Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA CÔNEGO JOSÉ BENTO. **Livro de Conta Corrente**, 1939, 1941, 1945. Acervo: Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA CÔNEGO JOSÉ BENTO. **Livro de Conta Corrente**, 1951 a 1955. Acervo: Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

ESCOLANO, A. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Editora Alínea, 2017.

EXPOSITION DE 1878. **Le mobilier scolaire à l'Exposition Internationale de 1878**. Disponível em: gallica.bnf.fr. Acesso em: 15 ago. 2020.

FELGUEIRAS, M. L. Herança educativa e museus: reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, v. 11, n. 1, p. 67-92, jan. abr. 2011.

GARCET; NISIUS. **Mobilier scolaire et matériel d'enseignement. Catalogue**. Paris: Usine a Faucogney et a la Coorveraine, 1882. Disponível em: gallica.bnf.fr. Acesso em: 15 ago. 2020.

GASPAR, V. L.; PETY, M. G. (Orgs.). **Objetos da escola**: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

JOSEPH L. ROSS. Joseph L. Ross's **Illustrated Catalogue of Improved School, Church, and Vestry Furniture**. Boston, Massachusetts, Estado Unidos da América, 1872. Disponível em: Internet Archive. Acesso em: 15 ago. 2020.

KUHLMANN JUNIOR., M. As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

MEDA, J. A história material da escola como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico educativa na Itália. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 7-28, 2015.

MENESES, U. T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MORAES, C. S. V. **A socialização da força de trabalho**: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934. 1990. 293 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

O COMBATE, 23 ago. 1953. Acervo: Arquivo Público e Histórico da Prefeitura Municipal de Jacareí/Fundação Cultural José Maria de Abreu.

PEREIRA, P. R. A. **O fazer e o aprender** – uma interação singular na produção de mobiliário artístico da Escola de Artes e Ofícios de Amparo. 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.

RUGONI DE SOUSA, G. **A (re)invenção do mobiliário escolar**: entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889). 2019. 266 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina. 2019.

SÃO PAULO. Decreto n. 17.698, de 26 de novembro de 1947. Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto n. 17.211, de 13 de maio de 1947. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 jan. 1948. Suplemento.

SÃO PAULO. Decreto n. 7.073, de 6 de abril de 1935. Cria uma Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista em Espírito Santo do Pinhal. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 abr. 1935.

SÃO PAULO. Decreto n. 7.319, de 5 de julho de 1935. Cria uma Escola Profissional Agrícola Industrial-Mista em Jacarey. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 jul. 1935a.

SENNETT, R. **O artífice**. 2. ed., Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOUZA, R. F. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p.163-189.

VIDAL, D. G. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, D. G. História da educação como arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 251-272, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017251/pdf>. Acesso em: 15 jan.2018.

Recebido em: setembro/2020

Aceito em: setembro/2020